

A ilusão das utopias de mercado: as instituições do golpe de 2016¹ no Brasil e o ataque à classe trabalhadora

The illusion of market utopias: the institutions of the 2016 coup in Brazil and the attack on the working class

La ilusión de las utopías de mercado: las instituciones del golpe de 2016 en Brasil y el ataque a la clase trabajadora

Recebido: 26/01/2021 | Revisado: 01/02/2021 | Aceito: 04/02/2021 | Publicado: 11/02/2021

Antônio Marcos Rocha de Carvalho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8558-373X>
Secretaria da Educação do Ceará, Brasil
E-mail: marcosrochahc182@gmail.com

Sirneto Vicente da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4334-1916>
Secretaria da Educação do Ceará, Brasil
E-mail: sirnetodh@gmail.com

Antônio Marques de Oliveira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9077-9876>
Secretaria da Educação do Ceará, Brasil
E-mail: marques2018maie@gmail.com

Francisco Antônio da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5113-156X>
Universidade Estadual do Ceará, Brasil
E-mail: francisco.antonio@uece.br

Lúcia Helena de Brito

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0242-0709>
Universidade Estadual do Ceará, Brasil
E-mail: lhelena.brito@uece.br

Diana Nara da Silva Oliveira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2710-1904>
Universidade Estadual do Ceará, Brasil
E-mail: diana.nara@uece.br

Resumo

Este ensaio objetiva expor acerca do lugar ocupado pelo Brasil no processo de acumulação do capital em tempos de crise, contextualizando-se o golpe político de 2016, que destituiu a presidenta eleita democraticamente e instalou um governo reformista para viabilizar as estratégias ilusório-utópicas do capital internacional norte-americano. A abordagem aqui proposta parte de análises à luz do materialismo histórico-dialético, as quais possibilitam a apreensão do real para além do visível imediato e de revisões bibliográficas e documentais de autores que realizam a crítica à sociedade capitalista. O estudo apoia-se em Marx e em autores que têm analisado o processo de acumulação do capital, a reestruturação produtiva, as crises do capitalismo e a situação atual da classe trabalhadora, e em documentos produzidos a partir do contexto político-socioeconômico desse momento da história brasileira. A investigação revelou, que o golpe que resultou na barbárie contra os mais pobres e a classe trabalhadora por meio de reformas no aparelho do Estado brasileiro, disseminando como uma ilusão de prosperidade econômica, na verdade condicionou a classe trabalhadora a diversos níveis de precarização do trabalho, seja jogando os trabalhadores na informalidade ou legitimando a exploração do trabalho. A ilusão de utopias do mercado resultou, por fim, no aumento do desemprego, na precarização do trabalho e na destruição dos direitos sociais e trabalhistas, além do avanço dos processos de privatização.

Palavras-chave: Golpe de 2016; Utopias do mercado; Crise do sistema capitalista; Reformas do Estado; Classe trabalhadora.

¹ Michael Löwy afirma que devemos “dar nome aos bois”, portanto, dizemos que foi Golpe em 2016 no Brasil devido não ter sido respeitada a vontade democrática das eleições de 2014 que elegeu Dilma Rousseff como presidenta. A partir de então a aristocracia burguesa do Brasil do capital financeiro, o capital industrial e o capital estrangeiro passaram a se articular com instituições como Procuradorias, Juízes de várias instâncias, Supremo Tribunal Federal, com o Legislativo, orquestrando ações para acabarem com as conquistas sociais minimamente alcançadas nos últimos 12 anos (Entrevista concebida à editora Boitempo, em setembro de 2016).

Abstract

This essay aims to explain about the place occupied by Brazil in the process of capital accumulation in times of crisis, contextualizing the political coup of 2016, that ousted the democratically elected president and installed a reformist government to enable the illusory-utopian strategies of US international capital. The approach proposed here is based on analyses in the light of historical-dialectical materialism, which enable the apprehension of the real beyond the immediate visible and on bibliographic and documentary reviews by authors who carry out the critique of capitalist society. The study is based on Marx and on authors who have analyzed the process of capital accumulation, productive restructuring, the crises of capitalism and the current situation of the working class, and on documents produced from the political context-socioeconomic at this moment in Brazilian history. The investigation revealed that the coup that resulted in barbarism against the poorest and the working class through reforms in the Brazilian state apparatus, spreading as an illusion of economic prosperity, actually conditioned the working class to various levels of job insecurity, either by throwing workers into informality or legitimizing the exploitation of labor. The illusion of market utopias finally resulted in increased unemployment, precarious work.

Keywords: 2016 coup; Utopias of the market; Crisis of the capitalist system; State reforms; Working class.

Resumen

Este ensayo pretende exponer acerca del lugar ocupado por Brasil en el proceso de acumulación del capital en tiempos de crisis, contextualizándose el golpe político de 2016, que destituyó a la presidenta elegida democráticamente e instaló un gobierno reformista para viabilizar las estrategias ilusorio-utópicas del capital internacional norteamericano. El enfoque aquí propuesto parte de análisis a la luz del materialismo histórico-dialéctico, las cuales posibilitan la aprehensión de lo real más allá del visible inmediato y de revisiones bibliográficas y documentales de autores que realizan la crítica a la sociedad capitalista. El estudio se basa en Marx y en autores que han analizado el proceso de acumulación del capital, la reestructuración productiva, las crisis del capitalismo y la situación actual de la clase trabajadora, y en documentos producidos a partir del contexto político-socio-económico de este momento de la historia brasileña. La investigación reveló, que el golpe que resultó en la barbarie contra los más pobres y la clase trabajadora por medio de reformas en el aparato del Estado brasileño, diseminando como una ilusión de prosperidad económica, en realidad condicionó a la clase trabajadora a diversos niveles de precarización del trabajo, sea jugando a los trabajadores en la informalidad o legitimando la explotación del trabajo. La ilusión de utopías del mercado ha dado lugar, por fin, al aumento del desempleo, a la precarización del trabajo.

Palabras clave: Golpe de 2016; Utopías del mercado; Crisis del sistema capitalista; Reformas del estado; Clase trabajadora.

1. Introdução

O sistema capitalista que tem origem na propriedade privada dos meios de produção, na exploração do trabalho não pago (Mais-Valor), no trabalho assalariado, nas relações de mercado baseado no valor de troca e valor-de-uso das mercadorias, está constantemente se reorganizando como uma necessidade própria para a acumulação contínua do capital. Uma vez que o fluxo de acumulação do capital é interrompido pelas crises, o processo de valorização do capital como valor em movimento não acontece e torna-se capital excedente, o sistema capitalista busca novas formas para que esse fluxo de acumulação do capital volte a sua “normalidade”.

Na tentativa de lidar com essas crises, economistas, administradores do capital, políticos e governos têm usado de inúmeros mecanismos como projetos de ataques à classe trabalhadora e derrubada de governos eleitos democraticamente para restaurar o fluxo do capital (mercado), cujo objetivo é beneficiar o capital financeiro e industrial. No Brasil, esse problema da absorção do capital excedente levou a um Golpe de Estado no ano de 2016 orquestrado pelo capital internacional junto às instituições do Estado brasileiro, seguido por um ataque de destruição e precarização aos direitos trabalhistas, o qual foi vendido como uma utopia de mercado, sob o argumento de que era uma forma de gerar mais postos de empregos.

Neste sentido, nosso artigo busca perceber o lugar ocupado pelo Brasil no processo de acumulação do capital, refletindo sobre o Golpe político dado na presidenta eleita Dilma Rousseff (2011 – 31 de agosto de 2016) do Partido dos Trabalhadores (PT) pelas instituições do Estado brasileiro, pelo capital internacional Norte-Americano e sua reverberação sobre a classe trabalhadora. Percebendo a necessidade de compreender o cenário político e econômico que levou a classe trabalhadora no Brasil a profundas perdas depois do Golpe de 2016, este trabalho justifica sua importância.

Ao propor este estudo, em síntese, refletimos sobre o que chamamos de utopias de mercado, pois o Golpe de Estado

brasileiro no ano de 2016 tinha como um dos tantos discursos ideológicos oferecer a retomada do crescimento econômico brasileiro para a geração de empregos. No entanto, o projeto de classe posto não somente pelo presidente Temer (2016-2018) um dos articuladores do Golpe, mas pelas diversas instituições – do Estado ou do setor do capital privado –, viram seu discurso cair por terra, pois o crescimento econômico nunca chegou e nem os empregos aguardados pela classe trabalhadora. Ao contrário disso, presenciamos um dos maiores projetos que condicionou a classe trabalhadora a um maior nível de precarização do trabalho. Afinal, o projeto burguês que levou o Golpe de 2016 mostra o lugar ocupado pelo Brasil no sistema capitalista de produção, o de periferia do capital, território produtor de matéria-prima, de commodities e mão de obra barata para ser explorada constantemente. Uma vez que o modo de produção capitalista se encontra em crise, os países tidos como periferia do capital são eminentemente assaltados para que a taxa de lucro do capital volte a crescer.

2. Metodologia

Este ensaio toma como base metodológica o materialismo histórico-dialético, o qual contribui para a compreensão da realidade além das aparências, partindo de “[...] uma visão caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples [...]” (Marx, 2016, p. 247).

Apresenta uma abordagem qualitativa, fundamentada em um estudo bibliográfico e documental. Segundo Gil (2002, p. 48) a pesquisa bibliográfica “[...] é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Para tanto, busca revisitar teóricos que realizaram um estudo em uma perspectiva crítica. Assim sendo, além das contribuições de Marx (2017), que realizou o estudo mais profundo sobre os fundamentos da sociedade capitalista e sobre o capital, utilizamos os aportes de David Harvey (2011; 2018), István Mészáros (2011), Giovanni Alves (2011), Ricardo Antunes (2011), Caio Prado Jr (2011), autores que estudaram e que estudam exaustivamente o processo de acumulação do capital atualmente, a reestruturação produtiva, as crises do capitalismo e a situação da classe trabalhadora.

O estudo documental toma como material de análise os documentos que ainda não receberam “[...] um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.” (Gil, 2002, p. 51). Nessa esteira, esta investigação apoia-se na análise de documentos expedidos no período em que se configurava o golpe, os quais contribuem para elucidar o nosso objeto de estudo, uma vez que os documentos são fontes de informação do contexto político e socioeconômico da época.

Na intenção de compreender a relação entre sujeito e objeto dentro de uma totalidade histórica, buscando as mediações que compõe o real, será indispensável as ferramentas metodológicas fornecidas pelo materialismo histórico-dialético, o qual nos possibilita apreender o real para além do visível imediato (Marx; Engels, 2007). Para tanto, a investigação em foco tem natureza bibliográfica e documental, na qual utilizaremos tais ferramentas para fundamentar nossas análises.

3. O Lugar Ocupado pelo Brasil no Mercado Mundial

Dentro do processo global de produção do capital e na divisão internacional do trabalho, o Brasil ocupa o lugar de periferia do capital. Historicamente, o sentido da colonização brasileira e da própria aristocracia agrária colocou o país nesse cenário socioeconômico. Associado ao desenvolvimento econômico de base agrária na extração de produtos primários, o Brasil sempre foi uma colônia de exploração no mercado mundial.

Segundo Caio Prado Junior (2011), o sentido da colonização brasileira dentro de um plano econômico mundial acentua-se na exploração de espaços geográficos que fornecem a produção de gêneros e matéria-prima para os grandes centros do capital. Observa Caio Prado Jr. (2011, p. 28):

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta

empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É esse o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos.

Deste modo, a colonização do chamado Novo Mundo possibilitou o intercâmbio para a ampliação das relações capitalistas nascentes no continente europeu. A exploração do território na América disponibilizou além dos recursos naturais, a distribuição de capitais acumulados na produção industrial na Europa, uma vez que os países de zona tropical passaram a consumir mercadorias industrializadas produzidas nos países colonizadores. Tal caráter indica o lugar de ocupação do Brasil no mercado mundial, país que possibilita a ampliação do capital, seja pelo consumo, pela ocupação de seu território na expulsão das populações originárias com o objetivo de fornecer recursos naturais para os centros do capital ou na exploração do trabalho.

Marx (2017, p. 821), argumenta que a descoberta das terras na América pelo comércio marítimo da Companhia Inglesa das Índias Orientais foi marcada pelo extermínio, “[...] a escravidão e o soterramento da população nativa em ninas [...]”. Esse processo constitui em um momento fundamental na acumulação primitiva, que em períodos e períodos são renovados constantemente para atender às necessidades de reprodução do capital.

A história do capitalismo tem em sua gênese a barbárie, isto é, na medida em que o capital promove a destruição de parte das forças produtivas para superar as contradições de seu próprio sistema, os elementos civilizadores são negados, pois a classe detentora dos meios de produção, a burguesia, impulsionadas pela ganância do lucro promove um estado de “barbárie social” pautado no discurso ideológico da modernidade capitalista (Alves, 2011).

O que denominamos de “barbárie social” pode ser explicada pela aniquilação dos povos originários na América Ondina, no processo de escravidão em países como Brasil, pelo tráfico nos navios negreiros, pelo roubo da riqueza existente nos países colonizados, tudo apoiado por um Estado financiador e até por arcabouços jurídicos. Giovanni Alves (2011, p. 27), observa que “[...] a acumulação capitalista sempre se utilizou da atividade predatória, fraudulenta e violenta, principalmente na acumulação capitalista no Terceiro Mundo”. Além disso, para Giovanni Alves (2011, p. 28), “[...] a acumulação primitiva não apenas já ocorreu, como continua ocorrendo e, nas condições da crise estrutural do capital e seu sociometabolismo da barbárie, explicita sua dimensão sistemática”. Portanto, a história do capitalismo tem como característica reduzir barreiras espaciais e obstáculos para acelerar a circulação do capital excedente.

Harvey (2011, p. 47), ressalta que:

A acumulação original de capital no fim da época medieval na Europa se fundamentou em violência, depredação, furto, fraude e roubo. Por esses meios extralegais, piratas, padres e comerciantes, completamente pelos usurários, reuniram “poder de dinheiro” inicial suficiente para começar a circular o dinheiro de forma sistemática sob a forma de capital. O roubo espanhol de ouro incaico foi exemplo paradigmático.

Assim, nesse momento inicial, o capital não circulou por meio da produção industrial nas colônias de exploração, ele assumiu a forma de capital fundiário, agrário, mercantil, ou seja, o capital na forma dinheiro mundial servia para exploração de recursos provindos da terra que, em seguida, eram exportados para a Europa.

A formação histórica econômica do Brasil ainda hoje tem como característica uma produção que é subordinada ao mercado externo (Caio Prado Jr., 2011). Em suma, como já citado, a base econômica deriva da produção de produtos primários provindos da terra em destaque para os gêneros agrícolas que, em seguida, eram exportados para o comércio europeu.

Caio Prado Jr. (2011, p. 131), aponta sobre o sentido da nossa colonização trazendo ponderações sobre o lugar ocupado pelo Brasil no mercado mundial:

[...] as colônias existem e são estabelecidas em benefício exclusivo da metrópole: este benefício se realiza pela produção e exportação, para ela, de gêneros de que necessita, não só para si própria, mas para comerciar com supérfluo no estrangeiro; [...] O Brasil existia para fornecer-lhe ouro e diamantes, açúcar, tabaco e algodão. Assim entendia as coisas e assim praticava.

O resultado desta relação político-econômica conduziu o país à subordinação do capital estrangeiro como produtor de gêneros agrícolas para o mercado internacional, determinando o papel do Brasil na divisão internacional do trabalho, o que eleva a dependência de um país a outro. Diante disso, países como o Brasil encontraram na dependência e no subdesenvolvimento seu lugar no capitalismo, uma traça marcante de toda a América Latina de formação social e economia colonial (Ricardo Antunes, 2011).

São características fundamentais do modo de produção capitalista buscar opções como população excedente, espaços geográficos, para onde seu capital excedente possa reproduzir. O resultado dessa relação é a destruição das práticas tradicionais de produção (camponesa), exploração da força de trabalho local e subordinação imperialista dos países centrais do capital aos periféricos.

Inundados com esse capital excedente, os Estados Unidos da América (EUA), país que atualmente é a personificação da sociedade capitalista, vem impondo sua política imperialista aos países periféricos do capital. Os EUA conseguiram controlar grande parte do globo terrestre, principalmente depois do Pós-Primeira e Segunda Guerra Mundial, por meio da financeirização e endividamento de muitos países.

A exportação de capitais na forma de empréstimos passou a cultivar mercados ao redor do mundo. Os bancos norte-americanos financiaram a reconstrução da Europa Pós-Guerra e o processo de industrialização tardia de países da América Latina como Chile, México e Brasil. Essa política de financeirização através do Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial promoveu a ampliação do capital privado, das privatizações de setores públicos governamentais e a globalização dos mercados de capital financeiro.

O capital em excedente durante o último quartel do século XX passou a ser resolvido por diversos mecanismos de reprodução do capital: pela acumulação flexiva; pela substituição da produção fordista/taylorista pelo toyotista; pela acumulação via espoliação; pela crescente industrialização de países como China, Bangladesh; pela superexploração do capital variável; pela financeirização do capital e pelas relações construídas no mercado global (Harvey, 2011).

Esse movimento de financeirização resultou em um problema devido às tendências de crises do capitalismo, pois com a combinação de vários mercados financeiros pelo globo, as crises acabam afetando a todos e países que ocupam o lugar de subordinação no mercado mundial tornam-se válvulas de escapes para solucionar as crises. Nesta esteira, percebemos o aumento da precarização do trabalho, a tomada de assalto dos recursos naturais, as guerras civis promovidas pelos países imperialistas, a derrubada de governos eleitos democraticamente pelas chamadas “Guerras Híbridas”, para que países como os EUA resolvam seu problema do capital excedente.

Nos últimos anos, o imperialismo dos EUA tem promovido estratégias como as “Guerras Híbridas” para derrubar governos com a finalidade de apropriar-se de suas riquezas. O Brasil teve essa experiência no ano de 2016 com o Golpe de Estado, promovido pelo capital internacional junto à burguesia nacional e pelas instituições governamentais; tal relação mostra o lugar ocupado pelo país no mercado mundial, o de subordinação, país de exploração para atender às necessidades do capital em crise.

4. O Golpe de Estado no Brasil e sua Reverberação Sobre a Classe Trabalhadora

O cenário econômico e político que condicionou a derrubada do governo de Dilma Rousseff, do Partido dos trabalhadores, tem início em nossas análises a partir da revelação do ex-consultor da Agência de Segurança Nacional

Americana (NSA), Edward Snowden, que no ano de 2013 mostrou ao mundo casos de espionagem dos EUA. O alvo da espionagem no Brasil era a empresa PETROBRAS. A empresa brasileira tinha descoberto precisamente no ano de 2008 o Pré-Sal, camada de óleo que despertou interesse das grandes petrolíferas norte-americanas.

Em 09 de setembro de 2013 a então presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei Nº 12.858, que destinava 75% dos royalties para a educação e 25% para a saúde, lei que foi votada e aprovada na Câmara e no Senado. O capital financeiro e industrial que deseja comprar o Pré-Sal, junto com o capital internacional não aceitou o projeto de lei que destinava os royalties do óleo para a educação e saúde. O resultado disso foram as inúmeras manifestas de caráter direitista-conservadora brasileira que tiveram início no país no ano de 2015. Os movimentos Brasil Livre e Vem Pra Rua apoiados e financiados por políticos, industriais, banqueiros e pelo capital internacional começaram a organizar manifestações por todo o Brasil pedindo o impeachment contra Dilma Rousseff.

No entanto, as instituições, as quais chamamos de instituições do Golpe ocupam seu lugar de participação no chamado impeachment contra Dilma de diversas formas. A mídia burguesa encarregada diariamente de formular reportagens sem verossimilidade contra o governo, os movimentos levantaram a bandeira contra a corrupção, juristas elaboraram o pedido de impeachment, o ministério público formulou acusações contra o governo e membros de seu partido e criou várias forças tarefa, uma delas chamada de Lava-Jato que tinha como objetivo prender políticos do Partido dos Trabalhadores com provas baseadas nas convicções. Com isso, juízes começaram a prender e interrogar políticos acusados de corrupção, todo esse processo financiado pelos donos do capital.

Toda essa articulação junto às votações na Câmara e no Senado em que decidiram sobre o afastamento da presidenta Dilma Rousseff, que era acusada do crime de responsabilidade fiscal, as chamadas pedaladas fiscais, levou ao Golpe em 31 de agosto de 2016. O cargo de presidente da república foi entregue a um dos articuladores do Golpe, o vice-presidente Michel Temer.

O governo de Temer (31 de agosto de 2016 – 2018) marcou um dos maiores desmontes das conquistas sociais adquiridas e ataques à classe trabalhadora. Um dos primeiros ataques foi cristalizado com a PEC 55, a conhecida PEC do Teto de Gastos, que congelava os investimentos públicos em segmentos como educação, saúde e segurança.

Logo que assumiu o cargo, Temer começou o desmonte da PETROBRAS. O então presidente passou a entregar ao capital internacional a refinação do petróleo. O governo golpista de Temer passou a leiloar o Pré-Sal para empresas estrangeiras, que arremataram na 5ª Rodada de Licitação mais de 90% dos 17,39 bilhões de barris de petróleo. Empresas como a britânica Shell, norte-americana Chevron, ExxonMobil entre outras, compraram 75% das reservas (Central Única dos Trabalhadores do Brasil – CUT, 2018).

O desmonte e entrega da soberania nacional, foram realizadas para atender as necessidades do capital em crise do imperialismo Norte-Americano. Era discurso frequente de Temer que vendia a ideia das reformas, dizendo que era importante para o crescimento econômico e geração de empregos no país.

Neste mesmo percurso, a classe trabalhadora foi também penalizada para atender as exigências do mercado. Em 11 de novembro de 2017 a Lei Nº 13.467 que tinha sido aprovada pela Câmara e pelo Senado conhecida como Reforma Trabalhista alterava a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), promovendo um ataque direto aos direitos dos trabalhadores, sob a ilusão das utopias de mercado, na qual governantes e burguesia diziam que a reforma era necessária para combater o desemprego e a crise econômica do país.

Ao longo dos anos, as análises de diversos cientistas sociais foram confirmadas sobre a reforma. O projeto de Lei Nº 13.467 alterou pontos como o fim da contribuição sindical, com o objetivo de desarticular os sindicatos; a contratação flexível, que torna a relação de empregado submisso ao empregador; trabalho intermitente, que não obriga os patrões a assinarem a

carteira de trabalho do funcionário; entre outros diversos pontos que somente aumentou o desemprego e a precarização do trabalho.

Atualmente, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 12,8 milhões de brasileiros estão desempregados. Sem falarmos dos milhares de trabalhadores que realizam suas atividades na informalidade sem qualquer direito trabalhista e no aumento da exploração do trabalho semiescravo. István Mészáros (2012), assevera que é marca fundamental da sociedade capitalista o desemprego, que recentemente não atinge somente pessoas negras, pobres, mulheres e jovens, mas pessoas com formação e de classes mais abastadas.

Basta olharmos para além do visível em nossa sociedade, para concluirmos que em quase toda rua, esquina, beco, casa, debaixo de uma lona em uma cidade do Brasil, há alguém tentando vender as mais diversas mercadorias existentes. Milhares de trabalhadores imploram por uma chance de serem explorados pelo capital. O “exército industrial de reserva” que Marx (2017) estudou com maestria está sendo morto diariamente, seja nas favelas das grandes cidades, nas travessias pelo mar e pelas fronteiras, de fome ou nas guerras civis e imperialistas.

O capital em crise constantemente promove ataques diretos à classe trabalhadora, pois como classe que produz a riqueza mundial, os donos do capital sabem que modificando as formas de produção no mundo do trabalho e dos trabalhadores estão alterando também a natureza que amplia seus capitais. É nesta perspectiva que a relação capital/trabalho amplia a exploração da classe trabalhadora.

5. Considerações Finais

Após observarmos que o sistema capitalista constantemente encontra-se em crise, identificamos que este vem promovendo inúmeras modificações nas formas de produzir e redistribuir o capital excedente. Essas imensas modificações acabam redefinindo estruturas econômicas, políticas e sociais tanto em países que são o centro do capital, como em países periféricos, caso do Brasil.

Em nossos estudos, averiguamos o lugar do Brasil no processo capitalista de produção e na divisão internacional do trabalho, país que historicamente promove a ampliação do capital em excedente através da produção de matéria-prima e na exploração da mão de obra trabalhadora. Observamos que nos últimos anos configurou-se no Brasil um projeto burguês que teve a participação do capital internacional junto a políticos, empresários, banqueiros, os quais promoveram um golpe de Estado no ano de 2016 no país, destituindo dos seus poderes uma presidenta eleita democraticamente.

Esse golpe que resultou na barbárie contra os mais pobres e a classe trabalhadora por meio de reformas no aparelho do Estado brasileiro, foi vendido como uma ilusão de prosperidade econômica, condicionando a classe trabalhadora a diversos níveis de precarização do trabalho, seja jogando os trabalhadores na informalidade ou legitimando a exploração do trabalho.

Por fim, vale ressaltar que caminhamos para tempos nefastos, em que os dirigentes do capital tomam o fascismo como seu aliado. Somente em momentos de profunda crise no sistema capitalista vimos políticos, grupos sociais promovendo por meio dos seus discursos, a extinção de populações as quais consideram inferiores. Todo este contexto nos deixa preocupados e pensando para qual sociedade caminhamos. Neste momento da história só podemos lembrar a frase dita por Rosa Luxemburgo, “socialismo ou barbárie”. Nossas pesquisas futuras, portanto, apontam para a necessidade de continuarmos desvelando o real em um movimento dialético, com o objetivo de construirmos uma sociedade nova, através do combate ao sistema capitalista.

Referências

- Alves, G. (2011). *Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatória*. Boitempo.
- Antunes, R. (2011). *O continente do labor*. Boitempo.

Brasil. (2013). *Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013*. Diário Oficial da União, Brasília, 10 set. 2013. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12858.htm.

Brasil. (2017). *Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017*. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm.

Brasil. (2016). *Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2016*. PEC do teto dos gastos públicos. Brasília, DF.

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (4a ed.), Atlas.

Harvey, D. (2018). *A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI*; tradução Arthur Renzo. Boitempo.

Harvey, D. (2011). *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*; tradução de João Alexandre Peschanski. Boitempo.

Marx, K., & Engels, F. (2007). *A ideologia Alemã*. Boitempo.

Marx, K. (2016). *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução: Maria Helena Barreiro Alves. (5a ed.), Editora WMF Martins Fontes.

Marx, K. (2017). *O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*; tradução Rubens Enderle. (2a ed.), Boitempo.

Mészáros, I. (2012). *A crise estrutural do capital*. Boitempo.

Prado Jr., C. (2011). *Formação do Brasil contemporâneo*. Companhia das Letras.